

EDITORIAL

A Revista da Faculdade de Direito, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, contribui para a difusão de conhecimento oferecendo aos leitores textos variados, coerente com sua perspectiva generalista e com as chamadas abertas às quais respondem os intelectuais brasileiros e estrangeiros, no intuito de divulgar as suas reflexões e o resultado de suas pesquisas.

O Periódico prestigia os textos críticos da realidade, propositivos da transformação social. Como deve ser, mantém um espaço destinado ao estudo do direito agrário, campo por excelência de sua gênese. Em cada número, entretanto, privilegia algumas áreas do conhecimento, mantendo sempre estudos sobre teoria e filosofia do direito e direito socioambiental.

No presente número, além de artigos sobre direito agrário, socioambiental, teoria e filosofia do direito, traz discussões sobre direito internacional e sobre a temática processual, tão cara aos juristas brasileiros nos últimos anos, frente a enorme crise que atravessa o judiciário.

Destacando as questões referentes ao direito agrário Venceslau Tavares Costa Filho, Pedro de Oliveira Alves tratam de compreender a função social da propriedade no Brasil Colonial a partir de Michael Oakeshott. Discutem questões atinentes à filosofia da história, eventos históricos e o conceito de mudança, oferecendo uma contribuição teórica à discussão sobre a história da prática jurídica e das ideias jurídicas no Brasil Colonial.

Sandra Regina Martini, Vanessa Chiari Gonçalves e Bárbara Bruna de Oliveira Simões, estudam a terra como bem comum na memória do direito brasileiro. Tratam da temática visando a reconsiderar a terra como bem comum da humanidade, afirmando que a Constituição não é suficiente para enfrentar a complexidade dessa compreensão. Atribuem importante papel aos Movimentos Sociais, sem os quais, segundo as autoras, não é possível essa perspectiva.

Três artigos abordam questões socioambientais. O primeiro deles escrito por de André Folloni e Vitor Jose Borghi trata de “o mercado de créditos de carbono e a

possibilidade de fomento mediante incentivos fiscais” discutindo o mecanismo de desenvolvimento limpo, os títulos e os aspectos tributários desse mercado.

Pedro Henrique da Silva Campos, Elcio Nacur Rezende tratam do licenciamento ambiental e da responsabilidade civil decorrente da negligência do poder público nesse campo.

Bruce Gilbert, autor canadense da Bishop University apresenta sob o título de *Socio-environmental rights and the riddle of history*, reflexões sobre direitos humanos, destruição ambiental, justiça social, autodeterminação dos povos. Pretende defender, com o devido ineditismo, que *the universality of rights necessarily emerges from the historicity of social life and solves what Marx calls the “riddle of history.”*

Sobre direito processual e temáticas afins, Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira e Guilherme de Siqueira Castro exploram a legitimação ativa da defensoria pública no mandado de injunção coletivo, discutindo o vício de constitucionalidade formal da Lei 13.300/2016.

Fabiola de Sampaio Rodrigues Grazinoli Garrido e Rodrigo Grazinoli Garrido, no artigo *Envolvendo estudantes de direito em uma equipe multidisciplinar: ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social*, apresentam a experiência do Programa de Educação Tutorial Conexão dos saberes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, destacando como as atividades de pesquisa e extensão no âmbito do grupo vem contribuindo para o desenvolvimento dos estudantes participantes, num sentido de responsabilidade social.

Amado Manuel Fernández Avalos, no artigo *Verdad y derecho: la prueba en el Proceso de usucapión* o autor discute a complexa questão da vontade real no processo, aludindo a meios de prova que, segundo o autor, fazem do processo de usucapião verdadeira luta dominial *en un contexto actual donde la propiedad encuentra una acogida constitucional de amplia tutela*.

Num enfoque da teoria do direito e da filosofia jurídica, dois artigos trazem importante contribuição ao campo do conhecimento jurídico. Leonel Severo Rocha e Fernando Tonet, em “Por quem cantam as sereias de Homero e o paradoxo sistêmico da decisão.” discutem os casos complexos, tendo por referência uma decisão e fazendo alusão a Ulisses, quando na busca de solução para salvar sua vida e de seus grumetes decide através de uma dupla observação- salvar a vida de todos buscando fundamentos distintos- uns perdem, momentaneamente, o sentido da audição e Ulisses decide escutar as sereias.

Por fim, Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega e Daniel Diniz Gonçalves no artigo intitulado “Direito, interculturalidade, tradução e emancipação: um diálogo com Boaventura de Souza Santos e Aroso Linhares” falam sobre ontologia e teleologia do direito, sob uma perspectiva de interculturalidade, tradução e emancipação, referenciando os autores referidos no título. A teleologia do direito é compreendida como emancipação, na obra de Souza Santos, ao passo que na obra de Aroso Linhares a ontologia do direito é experiência cultural, um projeto culturalmente situado.

Assim, com o apoio dos autores dos textos eleitos para o presente número A Revista da Faculdade de Direito da UFG pretende efetiva contribuição ao alargamento do campo dos estudos jurídicos contemporâneos.

Uma boa leitura a todos.

Outono de 2018.

Os Editores.